

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO - CONSUNI

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 37, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as normas gerais de ocupação e convívio para a moradia nas Casas do Estudante da Universidade Federal do Tocantins, destinadas aos alunos de Graduação regularmente matriculados na Instituição.

O Egrégio Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 06 de dezembro de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, conforme o anexo desta resolução, as normas gerais de ocupação e convívio para a moradia nas Casas do Estudante da Universidade Federal do Tocantins, destinadas aos alunos de Graduação regularmente matriculados na Instituição.

Art. 2º Revogam-se os dispositivos em contrário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**NORMAS GERAIS DE OCUPAÇÃO E CONVÍVIO PARA MORADIA NAS CASAS DO
ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS DESTINADAS AOS
ALUNOS DE GRADUAÇÃO REGULARMENTE MATRICULADOS NA INSTITUIÇÃO**

Anexo único da Resolução nº 37/2017 - Consuni
Aprovada pelo Conselho Universitário em 06 de dezembro de 2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO Nº 37/2017 – CONSUNI

NORMAS GERAIS DE OCUPAÇÃO E CONVÍVIO PARA MORADIA NAS CASAS DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS DESTINADAS AOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO REGULARMENTE MATRICULADOS NA INSTITUIÇÃO

Capítulo I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º As Casas do Estudante da Universidade Federal do Tocantins - UFT estão inseridas em sua Política de Assistência Estudantil, e têm por objetivo assegurar condições de permanência e conclusão dos cursos de graduação universitária, visando disponibilizar moradia digna a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Art.2º Terá direito a solicitar vaga nas Casas do Estudante, o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica devidamente comprovada, regularmente matriculado em curso de graduação presencial da UFT, que não possua casa própria e cujos pais/responsáveis/cônjuges residentes na cidade onde se encontre matriculado também não possuam casa própria.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, quando houver vagas, o câmpus poderá disponibilizar vaga para estudante com vulnerabilidade socioeconômica de curso de pós-graduação, não excedendo o limite de 10% das vagas da casa. *(Incluído pela Resolução Consuni nº 46/2021, de 22.09.2021).*

Art. 3º - São objetivos da Casa do Estudante:

I - possibilitar a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a permanência e conclusão de curso de graduação na UFT;

II - oferecer ao estudante moradia digna, permitindo-lhe melhor desempenho no desenvolvimento das atividades decorrentes da formação acadêmica;

III - contribuir para o desenvolvimento das relações sociais do estudante, atribuindo-lhe responsabilidades decorrentes da convivência coletiva;

IV - estimular e desenvolver entre os estudantes residentes o espírito de solidariedade e fraternidade, em um clima de permanente compreensão de seus direitos e deveres

no ambiente comunitário.

Capítulo II

Da Administração

Art. 4º A UFT será responsável pelo provimento de recursos para o pagamento de água/esgoto, energia, e manutenção predial. A Direção do Campus a qual a Casa do Estudante está vinculada, por meio do Setor de Assistência Estudantil, será responsável pela execução, supervisão e o acompanhamento dos processos de seleção e permanência da Casa do Estudante.

Art. 5º O acompanhamento das atividades pela UFT e a mediação dos assuntos administrativos, dar-se-ão por meio da Comissão de Apoio Institucional da Casa do Estudante - CAICE.

Art. 6º A CAICE será composta por seis membros: Pró-reitor (a) de Assuntos Estudantis ou seu representante, Diretor do Campus ou seu representante, um representante do Setor de Assistência Estudantil do câmpus, dois estudantes moradores, respeitando a paridade de gênero, e o representante da Casa do Estudante.

Art. 7º Compete à CAICE:

I - acompanhar o processo de inscrição e seleção dos candidatos a moradores da Casa do Estudante;

II - orientar e encaminhar os residentes quanto aos serviços oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFT;

III - zelar pela documentação e manter atualizadas as informações necessárias para acompanhamento e avaliação dos residentes;

IV - realizar a atualização semestral da situação acadêmica dos residentes, por meio de comprovante de matrícula;

V - realizar visitas à Casa do Estudante, para avaliar e acompanhar a situação de habitação e convivência dos residentes;

VI - supervisionar as atividades desenvolvidas no âmbito da Casa do Estudante, na forma prevista neste regulamento;

VII - fiscalizar junto aos moradores, a manutenção das condições de habilitação para ingresso e permanência à Casa do Estudante previstas neste Regimento e demais normas editalíssimas previstas para ingresso e/ou permanência, a fim de zelar pelo enquadramento no público alvo previsto neste Regimento;

VIII - cumprir a aplicação das penalidades de acordo com este regimento e com as normas da UFT, nos limites de sua competência.

Art. 8º A autogestão da Casa do Estudante dar-se-á por meio da Diretoria de

Moradores, composta e eleita por estudantes residentes em assembleia geral, para o mandato de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 9º A Diretoria de Moradores será composta por:

I - Coordenação Geral: composta por três membros;

II - Coordenação de Patrimônio: composta por três membros;

III - Secretaria: composta por dois membros;

§1º. As vagas resultantes das regras previstas neste artigo serão distribuídas de forma equitativa por gênero, salvo quando a ausência de candidaturas inviabilizar essa distribuição.

§2º. No caso de 50% dos membros da diretoria eleita se afastar de seus cargos, deverão ser convocadas novas eleições.

Art. 10. Compete aos membros da Diretoria de Moradores:

I - **Coordenação Geral:** coordenar as atividades da Diretoria, convocar e presidir as assembleias gerais; implementar atividades culturais e desportivas que envolvam os moradores; organizar a recepção, a orientação e a acomodação dos novos moradores; organizar a representação de estudantes nos encontros que discutam essas temáticas; incentivar a auto-organização; fomentar a organização de coletivos específicos; prestar contas de suas atividades e do exercício financeiro ao término do mandato juntamente com a Coordenação de Patrimônio;

II - **Coordenação de Patrimônio:** organizar o patrimônio da Diretoria, mantendo atualizada a relação; prestar contas de suas atividades ao término do mandato juntamente com a Coordenação Geral;

III - **Secretário:** secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral; organizar e convocar as assembleias gerais juntamente com a Coordenação Geral; ter o arquivo e o livro ata da Casa do Estudante sob sua guarda.

Parágrafo único. Nas casas que abrigarem mais de 15 estudantes, a Diretoria de Moradores poderá criar cargos auxiliares temporários para o estrito desenvolvimento das atividades inerentes à Casa do Estudante.

Art. 11. Compete à Diretoria:

I - encaminhar, propor e reivindicar soluções aos problemas da Casa do Estudante;

II - promover e apoiar a realização de atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer;

III - gerir a organização cotidiana da Casa do Estudante;

IV - zelar pelo patrimônio da Casa do Estudante;

V - apresentar justificativas prévias em assembleia geral, caso haja desligamento de cargos de seus membros, para os quais tenham sido eleitos;

VI - executar as decisões tomadas em assembleia geral;

VII - representar a Casa do Estudante, quando necessário;

VIII - encaminhar à Proest, através da CAICE, os processos de levantamento e preenchimento de vagas;

IX - informar, por meio da CAICE, qualquer assunto de interesse da UFT que se refira aos moradores ou à estrutura da Casa do Estudante;

X - tornar pública, afixando nos murais e meios de comunicação da Casa, toda e qualquer decisão tomada em assembleia geral, salvo quando resultar em prejuízo ou constrangimento a algum morador;

XI - aplicar, na forma deste regimento, as punições disciplinares previstas;

XII - encaminhar à Assembleia Geral de Moradores a deliberação sobre exclusão de morador(a) da Casa do Estudante;

XIII - encaminhar à CAICE, quando necessário, o pedido de instalação de comissão disciplinar;

XIV - fornecer declaração de residência aos estudantes moradores;

XV. Cumprir e fazer cumprir este regimento.

Parágrafo único. A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocada pelos moradores.

Capítulo III

Da Assembleia Geral

Art. 12. Será convocada ordinariamente por ocasião da eleição e posse de nova diretoria.

Art. 13. Será convocada extraordinariamente por requerimento da Diretoria de Moradores ou de, no mínimo, 50% dos moradores da Casa por intermédio de lista de assinaturas.

Art. 14. Será validada com um quórum mínimo de 50% dos moradores para assuntos gerais, salvo para deliberação sobre novas eleições, destituição ou não da Diretoria, e sobre a recomendação de exclusão de um residente, nesses casos o quórum mínimo será de 75% dos moradores.

Art. 15. Será sempre utilizado o princípio majoritário, observando o quórum mínimo estabelecido neste regimento.

Art. 16. A Assembleia Geral será presidida por um representante da Coordenação Geral, ou, na ausência do mesmo, por um morador aclamado pelos presentes.

Art. 17. Em qualquer hipótese, a assembleia geral ordinária e a assembleia geral extraordinária deverão ser convocadas com prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis de antecedência, por meio de avisos afixados em locais acessíveis a todos.

Art. 18 – Compete à Assembleia Geral:

- I - discutir e votar assuntos a ela propostos;
- II - organizar novas eleições e empossar a Diretoria de Moradores;
- III - deliberar sobre a destituição ou não da Diretoria, quando recomendada pelos moradores;
- IV - cumprir e fazer cumprir este regimento;
- V - propor instruções complementares às normas deste regimento quanto ao funcionamento e manutenção da Casa do Estudante;
- VI - deliberar acerca das questões de interesse da Casa do Estudante;
- VII - recomendar à CAICE acerca da exclusão de residente morador na Casa do Estudante.

Capítulo IV

Da Inscrição e Seleção

Art. 19. A admissão na Casa do Estudante far-se-á por meio de processo seletivo realizado semestralmente, observando a existência de vagas e precedida à prévia inscrição, com análise socioeconômica e demais critérios estabelecidos e divulgados por meio de edital específico pela Proest.

Art. 20. A vaga na Casa do Estudante, depois de adquirida, é de caráter pessoal e intransferível.

Art. 21. Dos critérios para pleitear uma vaga na Casa do Estudante:

- I - possuir renda *per capita* familiar não excedente a 1 (um) salário mínimo e meio vigente;
- II - não possuir outra graduação;
- III - estar regulamente matriculado em curso de graduação, modalidade presencial, da UFT;
- IV - inscrever-se no período previsto pelo edital;
- V - apresentar a documentação completa exigida pelo edital;
- VI - ter a avaliação socioeconômica deferida pelo Setor de Serviço Social da UFT;
- VII - não receber o Auxílio Moradia;

Art. 22. Ao estudante que omitir informações e/ou falsificar documentação, poderá ser retirado o benefício da moradia estudantil, após a instauração e conclusão de sindicância.

Capítulo V

Do Ingresso

Art. 23. Após a divulgação do resultado final da seleção para preenchimento de vagas da Casa do Estudante, a Diretoria de Moradores realizará o encaminhamento dos estudantes selecionados para ocupação das vagas.

Art. 24. Definida a vaga, o estudante selecionado deverá apresentar-se ao setor responsável pelo Setor de Assistência Estudantil do respectivo câmpus da UFT a fim de:

I - receber informações sobre as normas vigentes na casa;

II - preencher a ficha de cadastro de morador da casa;

III - assinar o termo de ocupação de vaga;

IV - assinar o termo de responsabilidade do mobiliário que lhe for destinado para uso pessoal.

Art. 25. O estudante selecionado terá o prazo máximo de 30 dias, a contar da data de divulgação da lista definitiva de classificação, para ocupar a vaga na Casa do Estudante, caso contrário, a vaga será remanejada ao suplente subsequente.

Capítulo VI

Da Permanência

Art. 26. O tempo máximo de permanência na Casa do Estudante será estipulado de acordo com o tempo regular de duração do curso definido no Projeto Pedagógico de Curso no qual o estudante estiver matriculado quando for contemplado com a vaga.

Parágrafo único. Não será considerado como início da contagem do tempo regular de curso a mudança de curso que ocorrer após o estudante ser contemplado com a moradia.

Art. 27. O discente contemplado com a vaga na Casa do Estudante deverá, a cada dois semestres consecutivos, apresentar documentação atualizada ao setor de Serviço Social do Campus para comprovação de vulnerabilidade socioeconômica e renovação do direito à vaga.

Parágrafo único. A alteração das condições socioeconômicas do estudante que não atenda aos critérios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) implicará na perda do direito à vaga na Casa do Estudante.

Art. 28. Encerrado o período de permanência ou ocorrendo a perda de vínculo com a UFT, o estudante residente terá o prazo de até 90 dias para desocupação.

Paragrafo único. O estudante que por determinação tiver que desocupar a vaga na Casa do Estudante e não o fizer dentro do prazo estipulado estará sujeito a medidas judiciais cabíveis na forma da lei e a sanções administrativas conforme prevê o Artigo 112 do Regimento Acadêmico da UFT, in verbis: *“O acadêmico que afrontar as normas deste Regimento Acadêmico e demais normas explícitas da Universidade, da legislação referente ou ainda os princípios do convívio universitário estará sujeito às seguintes sanções: I – advertência; II – repreensão; III – suspensão; IV – exclusão”*.

Art. 29. A concessão da vaga na casa do estudante será cancelada caso o estudante:

- I - deixar de solicitar a renovação a cada dois semestres consecutivos;
- II - apresentar no semestre duas ou mais reprovações por falta, exceto casos excepcionais, cabendo a CAICE analisar cada caso;
- III - não atingir a aprovação em, no mínimo, 50% das disciplinas cursadas no semestre;
- IV - não estiver matriculado semestralmente com carga horária mínima de 240 horas/aulas, exceto para estudantes que estiverem fazendo trabalho de conclusão de curso, estágio obrigatório e tratamento médico específico (com acompanhamento do setor de assistência estudantil);
- V - solicitar trancamento total de matrícula, sendo este deferido;
- VI - concluir o curso;
- VII - ultrapassar o prazo de permanência estabelecido no art. 28 deste regimento;
- VIII - for desligado da universidade;
- IX - for constatado qualquer caso previsto no art. 22 deste regimento;
- X - descumprir as disposições contidas no art. 21 deste Regimento.

Capítulo VII

Dos Direitos e Deveres dos Moradores

Seção I

Dos Direitos

Art. 30. É direito dos(as) moradores(as) da Casa do Estudante:

- I - receber visitas de familiares, ex-estudantes, colegas e de eventuais convidados, desde que não pernoitem na casa e não prejudiquem a convivência coletiva;
- II - votar e ser votado nas eleições da Diretoria de Moradores;

- III - participar das assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos propostos;
- IV - utilizar as dependências dos apartamentos e dos espaços comunitários da casa;
- V - participar das reuniões convocadas pelos órgãos deliberativos da casa;
- VI - candidatar-se a qualquer cargo eletivo da casa, desde que não seja formando, respeitando o regimento interno de cada casa;
- VII - reivindicar condições adequadas para estudo, descanso e assistência estudantil que digam respeito a aspectos como lazer, ampliação da moradia, autonomia frente às outras entidades;
- VIII - participar das discussões e decidir sobre os projetos de desenvolvimento da Casa do Estudante;
- IX - ser respeitado quanto aos seus costumes culturais, sua origem étnico-racial, seu credo religioso, sua ideologia política, sua sexualidade e ao mais restrito limite da individualidade;
- X - ter acesso igualitário ao patrimônio existente na Casa do Estudante e demais conquistas alcançadas e nas programações internas;
- XI - denunciar e/ou requerer a apuração de quaisquer irregularidades, junto à assembleia dos moradores e /ou Diretoria do Campus, que é responsável pela supervisão da Casa do Estudante;
- XII - exigir o cumprimento deste Regimento.

Seção II

Dos Deveres

Art. 31. É dever dos residentes da Casa do Estudante:

- I - colaborar na manutenção da ordem interna e respeitar os direitos dos demais moradores, colegas e funcionários;
- II - zelar pela conservação das instalações da Casa do Estudante e colaborar na manutenção e higiene nas suas dependências;
- III - utilizar-se dos recursos que lhes forem disponibilizados de forma responsável, evitando o desperdício e o consumo imoderado e injustificado;
- IV - indenizar danos e prejuízos materiais causados ao próprio imóvel, aos móveis e utensílios da Casa do Estudante;
- V - cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- VI - vedar a permanência de pessoas estranhas no recinto da Casa do Estudante,

salvo as visitas eventuais de ex-estudantes, familiares e colegas;

VII - zelar pela ordem e disciplina da Casa do Estudante;

VIII - conservar o ambiente de silêncio, evitando qualquer atividade que venha a prejudicar o descanso e o estudo dos demais moradores, inclusive aos sábados, domingos e feriados;

IX - zelar pela conservação do imóvel, e dos bens móveis e equipamentos da Casa do Estudante;

X - comunicar à Assembleia de Moradores, à Diretoria, ao Setor de Assistência Estudantil e à Proest os casos relativos a danos ou prejuízos que comprometam o patrimônio da UFT causados por outros residentes;

XI - agir de forma a concretizar os objetivos e as finalidades da Casa do Estudante;

XII - não assumir conduta imprópria às regras de convivência.

Parágrafo único. Entende-se por conduta imprópria aquela que atente contra a tranquilidade e o respeito, além de agressões verbais e/ou físicas contra moradores da Casa do Estudante. Ficando sujeito às sanções previstas no art. 36 deste Regimento.

Capítulo VIII

Das Transgressões e Sanções Disciplinares

Seção I

Das transgressões

Art. 32. São transgressões disciplinares:

I - atos atentatórios à moral;

II - desrespeito, desacato, ofensa moral ou física a qualquer membro da Casa do Estudante;

III - provocação de desordens, perturbação da paz e da tranquilidade;

IV - ameaça à integridade moral ou física de outrem;

V - dano patrimonial aos bens pertencentes à Casa do Estudante;

VI - posse indevida de objetos alheios;

VII - uso ou posse de entorpecentes e alucinógenos tidos como ilícitos na legislação pátria;

VIII - guarda de armas de qualquer espécie.

Seção II

Das Sanções

Art. 33. São sanções disciplinares:

- I - advertência;
- II - suspensão;
- III - desligamento.

§1º. As sanções de advertência serão aplicadas nos seguintes casos:

- I - falta de urbanidade ou desrespeito em relação aos (às) moradores(as) da casa;
- II - proceder de modo a importunar a outrem ou causar perturbação no interior da casa;
- III - insulto a alguém por palavra, por escrito, gesto ou qualquer outro meio simbólico;
- IV - desrespeito ao regimento da casa e demais normas da universidade;
- V - mentira ou omissões para obter vantagens pessoais ou a terceiros, calúnias e difamações.

§2º. As sanções de suspensão serão aplicadas nos seguintes casos:

- I - agressão, injúria, assédio, discriminação ou ofensa de qualquer natureza aos moradores da casa ou a pessoas da comunidade universitária;
- II - prática de violência que resulte em lesão corporal leve;
- III - expor perigo à vida ou à saúde de outrem;
- IV - praticar, induzir ou incitar, por qualquer meio, o preconceito de raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, etnia, religião, nacionalidade ou quaisquer outras formas de discriminação;

§3º. As sanções de suspensão serão aplicadas nos seguintes casos:

- I - ofensa grave à integridade física ou à saúde de outrem;
- II – prática de violência que resulte em lesão corporal grave, gravíssima ou em morte;
- III - prática de ameaça ou outra infração considerada grave ou atentatória à dignidade humana e incompatível com o convívio universitário;
- IV - prática ou participação de trote na casa que implique constrangimento físico, psicológico, moral e cultural, coação de qualquer espécie, ou lesões corporais ou morte, a quem quer que seja, inclusive dano material, dentro ou fora da instituição;
- V - destruição do patrimônio da casa;

VI - dano ao patrimônio dos(as) moradores(as) da casa.

Art. 34. As penalidades aplicadas, salvo a exclusão da Casa do Estudante, perderão seus efeitos após um período superior a um ano de sua aplicação.

Capítulo IX

Da Manutenção, Ocupação e Convívio

Seção I

Da Manutenção

Art. 35. A manutenção da Casa do Estudante será realizada pela UFT e pelos seus moradores.

Art. 36. Compete à UFT:

I - mobiliar a Casa do Estudante;

II - realizar despesas de água/esgoto, energia;

III - fazer a manutenção predial da Casa do Estudante.

Art. 37. Compete aos moradores:

I - o fornecimento de roupas de cama e demais pertences de uso pessoal;

II - a limpeza interna dos apartamentos;

III - a conservação da limpeza das áreas comuns;

IV - a conservação das instalações e utensílios da Casa do Estudante e constantes da carga patrimonial constante no Termo de Ocupação da Casa.

Art. 38. Ao responsável por danos ou extravios de patrimônio das instalações da Casa do Estudante, será cobrado pagamento do valor correspondente ao dano ou extravio causado.

Seção II

Da Ocupação e Convívio

Art. 39. Cada morador tem o direito de utilizar as dependências de uso comum, desde que não prejudique os demais moradores nem as condições materiais e a boa ordem do conjunto.

Art. 40. Durante a permanência do estudante como morador, não será permitido

transferir ou trocar por outros os móveis relacionados na carga patrimonial da Casa.

Art. 41. É proibida a instalação de condicionadores de ar, ventiladores fixos e afins nas dependências da Casa sem prévia autorização da Direção do Campus.

Capítulo X

Disposições Finais

Art. 42. Os usuários da Casa do Estudante não poderão alegar, em qualquer circunstância, o não conhecimento desta normativa.

Art. 43. No caso de moradores com filhos(as), a CAICE encaminhará à Proest a solicitação para prover a assistência do(a) estudante.

Art. 44. Os casos omissos a esta normativa serão resolvidos pela Proest.

Palmas, 06 de dezembro, de 2017.